



# Governo do Estado da Bahia

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA

Prova Escrita Objetiva

Nível Superior – Manhã

## Auditor

TIPO 1 – BRANCA

### Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - esse caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
  - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorridas **2 (duas) horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal de sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **13/05/2014**, no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alba](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alba).
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **14/05/2014** até às 23h59min do dia **15/05/2014**, observado o horário oficial de Salvador, no endereço [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alba](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/alba), por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.



## Língua Portuguesa

### Sai a energia limpa, entra o pré-sal

Vivemos um tempo em que o fantasma do apagão assombra o já inseguro, pouco competitivo e bamboleante setor industrial brasileiro. Pouco a pouco esse fantasma começa também a assustar os incautos cidadãos comuns de nosso país.

Por um lado, o Brasil possui uma das matrizes elétricas consideradas uma das mais limpas do mundo. Entre 80% e 90% da nossa geração elétrica vêm de fontes renováveis. Segundo o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – da Agência Nacional de Águas – o país tem cerca de mil empreendimentos hidrelétricos, sendo que mais de 400 deles são pequenas centrais hidrelétricas.

Por outro lado, se olharmos nossa matriz energética como um todo, veremos que estamos muito longe de sermos exemplo na área de energias limpas.

Mais de 52% da energia que move o Brasil vêm do petróleo e seus derivados, empurrando a energia hidrelétrica para um modesto terceiro lugar, com apenas 13% do total, ficando também atrás da energia gerada através da cana (álcool + biomassa, com 19,3%).

Se você vivia no país antes de 2007, deve ter lido ou ouvido falar que o Estado brasileiro estava investindo pesadamente em biocombustíveis e em fontes energéticas renováveis e limpas. Pelo discurso oficial, o Brasil se tornaria a potência energética limpa do terceiro milênio e um país exportador dessas tecnologias.

Mas em 2007, Deus – talvez por ser brasileiro – resolveu dar uma mãozinha e nos deu de presente o pré-sal, rapidamente vendido (sem trocadilhos) como a redenção de todos os nossos problemas. O que se viu a partir daí foi uma verdadeira batalha política entre os estados “com pré-sal” e os estados “sem pré-sal” pelos royalties do tesouro recém-descoberto.

A face menos perceptível desse fenômeno foi que, como mágica, sumiram os projetos de desenvolvimento tecnológico e de inovação para aprimoramento e popularização de fontes energéticas limpas.

(...) É muito triste constatar que vivemos em um país de discursos, sem nenhum planejamento estratégico para a área de energia e, pior, que o Brasil fez uma clara opção pelo caminho da poluição e da ineficiência energética.

Quanto ao fantasma do apagão, justiça seja feita, o Estado brasileiro tem feito sua parte para espantá-lo definitivamente. Mas, como não há planejamento, faz isso como pode, rezando todos os dias – e com muita fé – para que São Pedro mande o único antídoto que pode, de fato, impedir que esse espectro da falta de planejamento provoque um colapso energético no país: a chuva.

(José Roberto Borghetti e Antonio Ostrensky, *O Globo*, 27/03/2014)

### 01

“Vivemos um tempo em que o fantasma do apagão assombra o já inseguro, pouco competitivo e bamboleante setor industrial brasileiro. Pouco a pouco esse fantasma começa também a assustar os incautos cidadãos comuns de nosso país”.

Compreendemos, por esse segmento do texto, que

- (A) a crise de energia pode prejudicar a nossa indústria e, em função dela, a nossa vida cotidiana.
- (B) o fantasma do apagão vai fazer com que o nosso parque industrial fique inseguro e bamboleante.
- (C) o fantasma da crise de energia amedronta o nosso setor industrial, por ele já estar em momento delicado.
- (D) a falta de energia vai provocar a nossa falta de competitividade no setor industrial.
- (E) os nossos cidadãos comuns, já amedrontados por apagões anteriores, passaram a ficar ainda mais temerosos.

### 02

Sobre as indicações de quantidade presentes no texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) “Entre 80% e 90% da nossa geração elétrica” / indica qualquer valor entre 80% (inclusive) e 90% (inclusive)
- (B) “...o país tem cerca de mil empreendimentos...” / indicação de uma quantidade precisa
- (C) “...sendo que mais de 400 deles...” / indica uma quantidade qualquer superior a 400
- (D) “Mais de 52% da energia que move o Brasil...” / indica uma quantidade maior que 52% e menor que 100%
- (E) “...com apenas 13% do total...” / indica uma quantidade reduzida, representada de forma grosseiramente aproximada

### 03

“Entre 80% e 90% da nossa energia vêm de fontes renováveis”. Nessa frase a concordância verbal é feita no plural, por fazer concordar o verbo (vêm) com o número da porcentagem.

Assinale a opção que indica a frase em que a concordância está **incorreta**.

- (A) 1% dos brasileiros não acredita no governo.
- (B) 5% da população tem medo do apagão.
- (C) 12% dos cariocas apreciam futebol.
- (D) 1,7% do povo aceitam a Copa do Mundo no Brasil.
- (E) 32% do consumo se dirige a supérfluos.

### 04

Assinale a opção em que os prefixos dos vocábulos possuem o mesmo valor semântico.

- (A) inseguro / inovação
- (B) inovação / incauto
- (C) incauto / industrial
- (D) industrial / ineficiência
- (E) ineficiência / inseguro

### 05

“Por um lado, o Brasil possui uma das matrizes elétricas consideradas uma das mais limpas do mundo. Entre 80% e 90% da nossa geração elétrica vêm de fontes renováveis”.

O conectivo que poderia ligar esses dois períodos do texto de forma adequada é

- (A) logo
- (B) assim
- (C) ou seja
- (D) isto é
- (E) pois

**06**

“Quanto ao fantasma do apagão, justiça seja feita, o Estado brasileiro tem feito sua parte para espantá-lo definitivamente”.

Nesse segmento do último parágrafo do texto, o trecho sublinhado indica

- (A) um real reconhecimento do esforço do Governo.
- (B) uma concessão do autor a alguns acertos do Governo.
- (C) um abrandamento de algumas críticas anteriores.
- (D) uma ironia diante da realidade apresentada a seguir.
- (E) uma crítica aos que vivem reprovando o Governo.

**07**

“Pelo discurso oficial, o Brasil se tornaria a potência energética limpa do terceiro milênio”; “É muito triste constatar que vivemos em um país de discursos”.

Nesses dois segmentos do texto, está presente a palavra “discurso”.

Sobre essas ocorrências, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas ocorrências se referem à mesma realidade, ou seja, realizações solenes de discursos proferidos por autoridades oficiais.
- (B) A primeira ocorrência se refere a uma abstração, enquanto a segunda se refere a palavras em solenidades, normalmente vazias.
- (C) A segunda ocorrência está localizada em uma frase que representa a consequência da primeira frase.
- (D) A primeira ocorrência se refere a uma meta, que se tornou realidade, pretendida pelo governo.
- (E) As duas ocorrências mostram intensa carga crítica e irônica, já que se referem a realidades nunca consideradas seriamente.

**08**

Pela estrutura da frase que compõe o título dado ao texto, vê-se que

- (A) o pré-sal funciona como um degrau adiante no progresso energético.
- (B) as frases mostram realidades que se encontram em antítese.
- (C) o pré-sal contribuirá, e muito, para o projeto de energia limpa.
- (D) a energia limpa só será plenamente obtida com a chegada do pré-sal.
- (E) o pré-sal aparece como a modernidade da energia limpa.

**09**

“Mas em 2007, Deus – talvez por ser brasileiro – resolveu dar uma mãozinha e nos deu de presente o pré-sal, rapidamente vendido (sem trocadilhos) como a redenção de todos os nossos problemas”.

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A frase “por ser brasileiro” tem carga irônica.
- (B) A expressão “dar uma mãozinha” exemplifica a linguagem familiar culta.
- (C) A observação entre parênteses mostra uma retificação de algo anterior.
- (D) Os vocábulos *Deus*, *redenção* e *problemas* fazem parte do campo semântico religioso.
- (E) A conjunção *mas* opõe o antigo ao novo governo.

**10**

Segundo o texto, a consequência negativa mais importante do surgimento do pré-sal foi

- (A) a cobiça internacional.
- (B) a discussão política interna.
- (C) a substituição da matriz energética.
- (D) a perda das usinas hidrelétricas.
- (E) o descaso pelos biocombustíveis.

## Matemática Financeira

**11**

Sobre três grandezas X, Y e Z, sabe-se que Z é diretamente proporcional ao quadrado de X e que X é inversamente proporcional a Y.

Sabe-se ainda que quando X é igual a 10, Z é igual a 300 e Y é igual a 9.

Quando Z é igual a 243, tem-se

- (A) Y = 12.
- (B) X = 12.
- (C) Y = 10.
- (D) X = 10.
- (E) X = 8.

**12**

O pai de José e de Marlene deixou uma herança de R\$ 2.988.000,00 para ser repartida entre os dois.

Entretanto, determinou, em seu testamento, que a parte que caberia a cada um deveria ser diretamente proporcional à idade dele na data de sua morte e também diretamente proporcional à sobrevida de cada um na mesma data.

As idades e sobrevidas de José e de Marlene na data da morte do pai são apresentadas na tabela a seguir:

	Idade	Sobrevida
José	50	21
Marlene	48	30

Marlene recebeu de herança a quantia de

- (A) R\$ 1.728.000,00.
- (B) R\$ 1.680.420,00.
- (C) R\$ 1.564.188,00.
- (D) R\$ 1.423.812,00.
- (E) R\$ 1.250.000,00.

**13**

Para comprar uma casa, Marcos faz um financiamento, sem entrada, no valor de R\$ 180.000,00, que será pago em 100 prestações, no Sistema de Amortização Constante (SAC), com taxa de juros de 1% ao mês.

O valor da 3ª parcela a ser paga é:

- (A) R\$ 1.854,00.
- (B) R\$ 1.966,90.
- (C) R\$ 2.340,00.
- (D) R\$ 3.582,00.
- (E) R\$ 3.564,00.

**14**

Em uma loja de materiais de construção, certa peça custa R\$ 100,00 e pode ser adquirida de duas formas:

- 1ª. À vista com 10% de desconto.
- 2ª. Em duas parcelas de R\$ 50,00, uma no ato da compra e a outra dois meses depois.

No sistema de juros compostos, a taxa de juros ao mês que a loja está cobrando é de

Obs: se necessário, utilize os dados abaixo.

$$\sqrt{2} = 1,41 \quad \sqrt{3} = 1,73 \quad \sqrt{5} = 2,24 \quad \sqrt{10} = 3,16$$

- (A) 5%.
- (B) 8%.
- (C) 10%.
- (D) 12%.
- (E) 15%.

## Estatística

**15**

A média das idades de um grupo de 4 amigos é de 36 anos, e o desvio padrão é igual a 2. Daqui a cinco anos, a média e a variância das idades desse grupo serão iguais a:

- (A) 41 e 4.
- (B) 41 e 50.
- (C) 56 e 2.
- (D) 56 e 50.
- (E) 56 e 200.

**16**

Os dados a seguir são uma amostra de 11 salários mensais (aproximados) em reais:

2.080 1.830 2.480 3.010 1.450 1.650  
2.500 1.740 3.600 1.900 2.840

A mediana desses salários, em reais, é

- (A) 1.990.
- (B) 2.080.
- (C) 1.650.
- (D) 2.000.
- (E) 2.220.

**17**

A tabela a seguir mostra média e desvio padrão das notas dos alunos em um exame nacional em cinco estados diferentes:

	Média	Desvio padrão
Estado I	500	100
Estado II	600	120
Estado III	500	140
Estado IV	450	120
Estado V	600	100

Assinale a opção que indica o Estado que apresentou o menor coeficiente de variação das notas.

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

**18**

Observe a tabela de frequências a seguir, que se refere aos saldos em conta, num determinado dia, de duzentas contas-correntes:

Saldos em conta (R\$)	Frequência
Até 100,00	8
De mais de 100,00 a 300,00	28
De mais de 300,00 a 500,00	46
De mais de 500,00 a 700,00	54
De mais de 700,00 a 900,00	44
De mais de 900,00 a 1.100,00	13
De mais de 1.100,00 a 1.300,00	6
Acima de 1.300,00	1

A frequência relativa acumulada de saldos em R\$ 900,00 é igual a

- (A) 22%.
- (B) 36%.
- (C) 54%.
- (D) 90%.
- (E) 97%.

## Direito Constitucional

**19**

A Constituição Federal tem sofrido diversas emendas tendentes a atualizá-la de acordo com os novos parâmetros que surgem de forma frequente e que atingem a forma de tributação das atividades econômicas.

Uma dessas novas perspectivas estabeleceu a possibilidade de tributação diferenciada, cujos critérios devem ser estipulados em lei complementar para

- (A) permitir contribuições econômicas estaduais.
- (B) autorizar impostos extraordinários municipais.
- (C) prevenir desequilíbrios da concorrência.
- (D) instituir novas imunidades tributárias.
- (E) projetar isenções de tributos em toda a federação.

**20**

As limitações constitucionais ao poder de tributar constituem um grande avanço na proteção dos direitos do contribuinte, estabelecendo regras que devem ser rigorosamente seguidas pelo ente tributante sob pena de invalidar a instituição do tributo ou a majoração da alíquota.

A Constituição Federal veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos sobre

- (A) videofonogramas musicais de artista estrangeiro produzidos no Brasil.
- (B) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
- (C) produtos industrializados para a população de baixa renda.
- (D) câmbio e seguro vinculados a eventos desportivos.
- (E) obras de arte para oferta em leilões públicos.

**21**

Na busca do equilíbrio orçamentário, os governos estabelecem restrição aos gastos correntes e buscam majorar os tributos existentes, bem como melhorar o nível de fiscalização. Um dos tributos que sofrem essas interferências é qualificado como intervenção no domínio econômico.

Tendo por base o faturamento, nos termos da Constituição Federal, essas contribuições poderão ter alíquotas

- (A) progressivas.
- (B) regressivas.
- (C) *per capita*.
- (D) estimadas.
- (E) *ad valorem*.

**22**

Na partilha de competências tributárias, existem impostos que somente podem ser instituídos pela União, mas podem ser conferidas ao município a fiscalização e a cobrança, se assim optar, na forma da lei, desde que não implique a redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Nos termos da Constituição Federal, assinale a opção que indica tal tributo.

- (A) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (B) Imposto sobre as exportações de produtos nacionais.
- (C) Imposto sobre a propriedade territorial rural.
- (D) Imposto sobre grandes fortunas.
- (E) Imposto sobre produtos industrializados.

**23**

Nos termos da normativa imposta pela Constituição Federal, que estabelece os impostos que podem ser instituídos pelos Estados como medida limitadora, impõe-se a fixação de alíquota máxima pelo Senado Federal.

Trata-se do imposto sobre

- (A) propriedade de veículos automotores.
- (B) operações relativas à prestação de serviços de transporte interestadual.
- (C) operações relativas à prestação de serviços de comunicação.
- (D) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- (E) operações relativas à circulação de mercadorias.

**24**

A associação de empregados do ramo especial, entidade não financeira, apresenta projeto que objetiva o desenvolvimento regional, com perspectivas de geração de renda e emprego para profissionais com média habilitação. Para desenvolver o seu projeto, apresenta pedido de empréstimo ao Banco Central do Brasil.

Nos termos da Constituição Federal, o Banco Central do Brasil pode conceder empréstimo

- (A) à Secretaria do Tesouro da União.
- (B) a entidade não financeira.
- (C) a instituições financeiras.
- (D) à Secretaria Estadual de Fazenda.
- (E) a organizações não-governamentais.

**25**

Nos termos da Constituição Federal, a ordem econômica atua sob a premissa de determinados princípios, dentre os quais podemos destacar o relacionado

- (A) à propriedade coletiva.
- (B) ao privilégio às empresas nacionais.
- (C) à defesa de monopólios especiais.
- (D) à redução das desigualdades regionais.
- (E) à proteção aos fornecedores.

**26**

A Constituição Federal privilegia a atuação da iniciativa privada na atividade econômica, podendo estabelecer, em determinadas situações, regime de concessões e de permissões.

Salvo as situações expressamente previstas na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando

- (A) significar uma necessidade da economia.
- (B) necessária aos imperativos da segurança nacional.
- (C) expressar a vontade do governo.
- (D) resultar de uma imposição do Congresso.
- (E) representar uma manifestação popular.

## Legislação Institucional

**27**

Segundo a Constituição do Estado da Bahia, pertencem aos municípios, além dos tributos de sua competência,

- (A) 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios, inclusive as multas, juros e correções incidentes sobre o referido imposto.
- (B) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, inclusive as multas, juros e correções incidentes sobre o referido imposto.
- (C) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios, inclusive as multas, juros e correções incidentes sobre o referido imposto.
- (D) 75% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, inclusive as multas, juros e correções incidentes sobre o referido imposto.
- (E) 75% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios, inclusive as multas, juros e correções incidentes sobre o referido imposto.

**28**

Segundo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, as Comissões da Assembleia podem ser permanentes ou temporárias.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) As Comissões Permanentes são compostas de 16 (dezesseis) membros, cabendo aos Partidos a indicação dos suplentes, até a metade da respectiva representação.
- (B) São Comissões Permanentes, dentre outras, a Comissão de Constituição e Justiça, a de Saúde e Saneamento e a de Direitos Humanos e Segurança Pública.
- (C) A Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle é temporária.
- (D) A Comissão de Direitos da Mulher é temporária.
- (E) A Comissão de Agricultura e Política Rural é temporária.

**29**

A Lei Estadual nº 8.971/2004 dispõe sobre o plano de carreira, cargos, vencimentos básicos e o quadro de pessoal dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Para os efeitos dessa Lei,

- I. *Carreira* é a evolução em cargo na mesma categoria funcional, de acordo com o merecimento e a antiguidade do servidor;
- II. *Categoria Funcional* é a posição estabelecida para o ocupante do cargo dentro da respectiva classe, de acordo com os critérios de ingresso, enquadramento e promoção;
- III. *Quadro de pessoal* é o conjunto de cargos ordenados segundo os diversos grupos ocupacionais e as categorias funcionais correspondentes.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**30**

A Lei Estadual nº 2.322/66 estabelece normas para ordenar, disciplinar e controlar a administração financeira, patrimonial e de material do Estado.

As opções a seguir representam comandos dessa lei, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário ao servidor, sempre precedida de empenho da dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- (B) A autorização do pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- (C) As despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, são consideradas “*Restos a Pagar*”.
- (D) O empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- (E) As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas créditos adicionais.

**31**

Sobre as competências da Procuradoria Geral, órgão de consultoria e assessoramento jurídico e representação judicial vinculado à Presidência, segundo a Lei Estadual nº 8.902/2003, analise as afirmativas a seguir.

- I. Deve prestar assessoramento jurídico à Mesa Diretora, às Comissões e aos órgãos administrativos.
- II. Deve elaborar minutas de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos de que a Assembleia seja parte.
- III. Deve promover meios para tornar eficaz o controle da fiscalização financeira e orçamentária do Estado, exercida pela Assembleia.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**32**

Dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia que, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço

- I. por 1 (um) dia, para doação de sangue.
- II. por 1 (um) dia, para alistamento eleitoral.
- III. por 8 (oito) dias consecutivos, por motivo de casamento.

Está(ão) correto(s):

- (A) somente I e II.
- (B) somente I e III.
- (C) somente II e III.
- (D) somente II.
- (E) somente I.

## Conhecimentos Específicos

**33**

No que concerne ao *princípio da autotutela*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A autotutela poderá envolver o reexame de mérito de atos administrativos.
- II. A autotutela poderá envolver a revisão de atos ilegais.
- III. A autotutela tem um de seus limites no instituto da decadência.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa I estiver correta.

**34**

A respeito da Administração Pública Direta e Indireta, analise as afirmativas a seguir.

- I Entre um Estado-membro e uma autarquia a ele vinculada existe hierarquia.
- II Entre um Estado-membro e uma empresa pública a ele vinculada existe tutela.
- III Entre um Estado-membro e uma sociedade de economia mista a ele vinculada existe controle.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**35**

No que concerne à doutrina dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A invalidação em regra gera efeitos *ex nunc*.
- (B) A convalidação em regra gera efeito *ex nunc*.
- (C) A revogação sempre gera efeito *ex nunc*.
- (D) A invalidação sempre gera efeito *ex tunc*.
- (E) A invalidação nunca gera efeito *ex nunc*.

**36**

Sobre a natureza jurídica dos instrumentos de delegação da prestação de serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A concessão é sempre ato administrativo.
- (B) A autorização é sempre contrato administrativo.
- (C) A permissão é sempre contrato administrativo.
- (D) A concessão ocorre de forma unilateral.
- (E) A concessão é sempre contrato administrativo.

**37**

Dentre as pessoas jurídicas listadas a seguir, assinale aquela que **não** se enquadra na disciplina da responsabilidade civil veiculada no artigo 37, § 6º, da CRFB/88.

- (A) Empresa pública não prestadora de serviço público
- (B) Autarquia
- (C) Corporação pública
- (D) Agência reguladora
- (E) Concessionária de serviço público

**38**

Analise as afirmativas a seguir concernentes ao controle sobre a administração pública.

- I. O Tribunal de Contas exerce controle sobre as contas do Poder Executivo; tal fato não implica violação à separação de Poderes.
- II. Cabe ao Poder Legislativo a palavra final sobre as contas do Chefe do Executivo e não ao Tribunal de Contas.
- III. O Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle externo dos órgãos da Administração Pública.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**39**

Sobre o *poder de polícia*, analise as afirmativas a seguir.

- I. A polícia administrativa tem sua atuação voltada predominantemente para pessoas, e não para atividades das pessoas.
- II. A polícia administrativa tem caráter eminentemente preventivo.
- III. Uma das funções primordiais da polícia administrativa, ao contrário da polícia judiciária, é a de subsidiar a atuação do Ministério Público.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**40**

No que tange ao conceito e à abrangência do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Disciplina, predominantemente, relações jurídicas horizontais.
- (B) Tem como objeto de estudo o aparato estatal de execução de políticas públicas.
- (C) Tem como um de seus objetos principais o estudo do exercício da função política.
- (D) Volta-se exclusivamente para o estudo do Poder Executivo, uma vez que é esse poder que exerce, com exclusividade, função administrativa.
- (E) Estuda apenas as pessoas jurídicas de direito público.

**41**

Cartório de Notas do Município Delta insurge-se em face da exigência feita pelo Fisco Municipal, que o autou pelo não recolhimento do ISS. Refere que o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços de natureza negocial, sob regime jurídico privado, não podendo incidir sobre atividade estatal, cuja remuneração se dá mediante taxa, tributo vinculado.

A oposição do cartório à exigência do Fisco Municipal está

- (A) correta, já que o serviço notarial é público, delegado, submetido ao regime jurídico público, remunerado por taxa.
- (B) errada, uma vez que o serviço notarial é tributado através da incidência de emolumentos.
- (C) correta, eis que se houvesse tributação pelo ISS, na hipótese, o imposto teria base de cálculo idêntica à da taxa.
- (D) errada, já que se trata de serviço indicado na lista da Lei Complementar nº 116/03, prestado mediante remuneração.
- (E) correta, em decorrência do princípio da imunidade recíproca, tratando-se de serviço delegado do Estado membro.

**42**

Com referência à competência tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Limita-se à esfera legislativa e é plena para todos os entes políticos.
- (B) É plena nas esferas legislativa, administrativa e de julgar para todos os entes políticos.
- (C) À União cabe a competência tributária plena, sendo limitada para Estados e Municípios.
- (D) No caso da União, está restrita à possibilidade de editar normas gerais de direito tributário.
- (E) Aos Estados e Municípios cabe a competência plena na esfera legislativa.

**43**

Com referência às *taxas*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Atendem precipuamente ao interesse privado do usuário em determinado serviço.
- (B) Remuneram serviço público *uti universi*, que a Administração presta para atender à comunidade.
- (C) Deve ser observado o valor do serviço e a sua efetiva utilização pelo particular.
- (D) Têm por fonte a vontade da pessoa em receber determinado serviço público.
- (E) Sua base de cálculo está vinculada a uma atuação estatal.



**44**

Com referência à competência para exigir o pagamento do imposto *causa mortis e doação*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tratando-se de bens imóveis e respectivos direitos, o Estado competente para exigir o imposto será o da situação do bem ou do Distrito Federal.
- II. Se a mutação patrimonial envolver sucessão aberta no exterior, a competência transmuda-se para o local do óbito.
- III. Com relação a títulos, competente será o Estado onde o inventário ou o arrolamento se processar.
- IV. No que diz respeito aos bens móveis, a competência, no caso de doação, é do domicílio do donatário, mesmo se residente no exterior.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.

**45**

A Prefeitura do Município Beta pretende cobrar contribuição de melhoria pela obra que realizou e que veio a valorizar os imóveis situados no município vizinho, limítrofe ao Município Beta.

Neste caso, é

- (A) cabível a cobrança da contribuição de melhoria em função da existência de obra pública e de valorização imobiliária.
- (B) cabível a cobrança da contribuição, desde que o Município Beta seja autorizado pelo Legislativo do Município vizinho.
- (C) incabível a cobrança da contribuição, dado que a valorização dos imóveis no município vizinho representa reflexo indireto da obra.
- (D) incabível a cobrança da contribuição, que cabe ao ente político que tiver a atribuição administrativa para realizar a obra em seu respectivo território.
- (E) cabível a cobrança da contribuição, que fica sujeita à verificação pela autoridade do município limítrofe da valorização imobiliária.

**46**

Uma lei de determinado estado da Federação estabelece base de cálculo reduzida para produtos que compõem a cesta básica. A lei foi regulamentada por ato normativo do Executivo, que subordinou a aplicação da base legalmente reduzida ao cumprimento, pelo contribuinte, das obrigações acessórias.

A regulamentação da lei

- (A) é compatível com o ordenamento jurídico pátrio, não sendo razoável que o contribuinte descumpridor de obrigação acessória se beneficie de redução de carga tributária.
- (B) desborda dos limites materiais dos atos normativos ao inovar o conteúdo da lei, no que tange às condições de gozo do benefício fiscal.
- (C) é cabível, já que o benefício fiscal foi criado por lei e a regulamentação desta não extrapola a matéria própria dos atos normativos.
- (D) é incompatível com o ordenamento jurídico pátrio, por contemplar renúncia fiscal que deverá vir regulada por lei complementar.
- (E) encontra respaldo na presunção de legalidade dos atos da administração fiscal, que deve fixar os limites e condições de fruição dos benefícios fiscais.

**47**

A empresa Alpha Ltda. encerrou suas atividades sem proceder à devida baixa nos órgãos competentes. À época, exerciam a gerência da firma os irmãos Marcos e André Vale. Eram também sócias, sem poder de gerência, Silvia e Cristiane Moreira. Havia dívidas fiscais não quitadas. A Fazenda Nacional, que havia ingressado com execução fiscal em face da empresa, requereu o redirecionamento da execução, para que no polo passivo passassem a constar todos os ex-sócios, cujos nomes já estão na Certidão da Dívida Ativa.

Neste caso,

- (A) é cabível o redirecionamento da execução fiscal em face de todos os ex-sócios, sendo exercido o direito de regresso contra o efetivo responsável pelo não recolhimento do tributo.
- (B) é possível o redirecionamento da execução fiscal, desde que seja em face do sócio que, por má gestão, permitiu que a empresa fechasse as portas.
- (C) o redirecionamento da execução fiscal ocorrerá em face do ex-sócio que exercia o poder de gerência quando da dissolução, e era o gerente no momento em que o tributo não foi pago.
- (D) o redirecionamento da execução fiscal é possível, bastando, para tanto, que exista dívida tributária não quitada e que a empresa não demonstre capacidade de adimplemento.
- (E) não é cabível o redirecionamento da execução fiscal, já que a empresa tem personalidade jurídica própria, distinta daquela de seus sócios.

**48**

A empresa Ômega Ltda. declarou, em documento fiscal próprio, a existência de débito tributário de R\$ 100.000,00, tendo feito o recolhimento equivalente. Entretanto, o Fisco entende que o valor declarado e pago foi a menor, e se recusa a emitir certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa.

A conduta do Fisco

- (A) está correta, já que o pagamento foi parcial e o Fisco deve zelar pelo adimplemento das obrigações fiscais.
- (B) está errada, pois o lançamento é ato privativo da administração fiscal.
- (C) está correta, já que há presunção de legalidade favorável ao fisco.
- (D) está errada, devendo haver ato formal de constituição do crédito por homologação.
- (E) está errada, uma vez que eventual valor remanescente deverá ser lançado supletivamente de ofício.

**49**

Dentre os demonstrativos e relatórios que as empresas brasileiras devem produzir, segundo o marco regulatório vigente, o *balanço patrimonial* se caracteriza como

- (A) demonstração que compara os custos do uso de capital próprio e da aquisição de capital de terceiros.
- (B) demonstração dos aumentos e reduções causados pelas operações da empresa, no montante empregado por sócios e acionistas em certa data.
- (C) demonstração que evidencia a variação do capital circulante líquido.
- (D) demonstração que apresenta o montante de capital de giro em um determinado período.
- (E) demonstração que apresenta todos os bens e obrigações da empresa e o resultado da diferença entre os dois em determinada data.

**50**

O planejamento de uma organização abrange o estabelecimento de objetivos e a forma de alcançá-los, por meio dos planos. Esses planos, principalmente em organizações maiores e mais estruturadas, costumam ser classificados em três tipos: estratégicos, táticos e operacionais. Esses planos abrangem diferentes questões e são de coordenação e responsabilidade de níveis hierárquicos distintos na empresa.

Assinale a opção que indica uma situação que deve ser abordada no *nível tático*.

- (A) Definição da missão da organização.
- (B) Definição de um cronograma para um projeto.
- (C) Definição do orçamento disponibilizado ao marketing.
- (D) Definição da quantidade de compra de determinada matéria-prima.
- (E) Definição de como a empresa almeja ser no futuro.

**51**

Na década de 1990, ao passo que ocorria um aumento da globalização e da intensidade da competição, as empresas buscavam reduzir seus custos e melhorar suas vantagens competitivas, para lidar com a crescente concorrência. Diversas técnicas e métodos específicos de gestão surgiram nessa década para tornar as empresas mais competitivas, dentre elas, a reengenharia que se caracteriza por

- (A) reestruturar radicalmente os processos de negócio, priorizando atividades que agregam valor e oferecendo os bens e os serviços que os clientes realmente desejam.
- (B) executar mudanças incrementais sem perder a estrutura base do processo, obtendo a correção de problemas e mantendo as operações funcionais.
- (C) reduzir drasticamente o quantitativo de pessoal e terceirizar as atividades secundárias.
- (D) comparar os processos internos com os de outras organizações, visando à identificação das melhores práticas utilizadas.
- (E) revisar o leiaute, as instalações físicas e modernizar as máquinas e equipamentos.

**52**

Dentre as teorias administrativas, uma delas se mostrou inovadora pelo fato de ter trazido à tona a ideia de que o ambiente externo possui influência direta no ambiente organizacional. Com isso, abandonou-se o antigo conceito de que a organização era um ambiente à parte do contexto social e que, apenas um aprimoramento dos processos internos garantiria o sucesso da empresa.

Essa teoria ficou conhecida como

- (A) Teoria de Taylor.
- (B) Teoria Quântica.
- (C) Teoria dos Sistemas.
- (D) Teoria Comportamental.
- (E) Teoria da Burocracia.

**53**

As opções a seguir apresentam finalidades da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal na Administração Pública Federal, Direta, autárquica e fundacional, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.
- (B) Desenvolvimento permanente do servidor público.
- (C) Divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
- (D) Adequação das competências dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o orçamento anual.
- (E) Racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

**54**

A respeito das *compras no setor público*, avalie as regras a seguir.

- I. Deve ser apresentada a especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação da marca.
- II. Deve ser definida a unidade e as quantidades a serem adquiridas em função do consumo e da utilização prováveis.
- III. Deve ser definida a condição de guarda e armazenamento, de modo a não permitir a deterioração do material.
- IV. Deve ser estabelecida a forma de pagamento, atendendo às exigências do modelo de registro de preços.

Assinale:

- (A) se apenas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas I e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas II e IV estiverem corretas.

**55**

A respeito dos *contratos administrativos*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os contratos poderão ser alterados, unilateralmente, com as devidas justificativas, pela administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- II. A prorrogação de prazo de contrato deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, exceto nos casos emergenciais.
- III. A duração dos contratos pode ser superior à vigência dos créditos orçamentários, quando relativos a projetos que estiverem contemplados no plano plurianual.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**56**

A administração, ao realizar uma despesa com a compra de equipamentos de informática para modernizar a administração tributária, que não estava prevista no orçamento e, conseqüentemente, não pode ser empenhada, incorre no descumprimento do princípio da

- (A) legitimidade.
- (B) legalidade.
- (C) eficiência.
- (D) prudência.
- (E) competência.

**57**

Um potencial criminoso considera tanto os benefícios como os custos esperados da atividade ilegal para tomar a decisão de cometê-la ou não.

Com base no exposto acima, assinale a opção que reduz o custo de oportunidade do crime.

- (A) Aumento da taxa de desemprego do seu grupo demográfico.
- (B) Aumento do salário oferecido para seu perfil, no mercado de trabalho.
- (C) Aumento da pena de prisão para qualquer tipo de crime.
- (D) Queda das condições econômicas da região onde reside.
- (E) Queda do custo de se educar em qualquer ciclo escolar.

**58**

Em geral, as empresas devem decidir o número de trabalhadores a serem contratados e a quantidade de capital físico a ser adquirido para obter-se um determinado nível de produção. No entanto, o capital tende a ser um insumo fixo no curto prazo, ao contrário do trabalho. No longo prazo, ambos são flexíveis.

Assim, a oferta de produto da empresa é

- (A) mais elástica no curto prazo e no longo prazo.
- (B) mais inelástica no curto prazo e no longo prazo.
- (C) mais elástica no curto prazo e mais inelástica no longo prazo.
- (D) mais inelástica no curto prazo e mais elástica no longo prazo.
- (E) perfeitamente inelástica no curto e no longo prazo.

**59**

No mercado de trabalho, a oferta é determinada pelos trabalhadores que oferecem a sua força de trabalho em troca de um salário. Por sua vez, a demanda é determinada pelas empresas que desejam adquirir essa força de trabalho pagando um salário. Assim, o produto oferecido neste mercado é o trabalho, e o seu preço é o salário. Considere que oferta e demanda não são perfeitamente elásticas e inelásticas.

A partir do texto acima assinale a opção que completa corretamente o fragmento a seguir.

Em uma situação de equilíbrio de oferta e demanda, quando o governo fixa um salário mínimo \_\_\_\_\_

- (A) abaixo do salário de equilíbrio, o excedente de trabalhadores e empresas diminui.
- (B) abaixo do salário de equilíbrio, o excedente das empresas diminui, mas o efeito é ambíguo sobre o excedente dos trabalhadores.
- (C) acima do salário de equilíbrio, o excedente das empresas diminui, mas o efeito é ambíguo sobre o excedente dos trabalhadores.
- (D) acima do salário de equilíbrio, o excedente de trabalhadores e empresas diminui.
- (E) acima do salário de equilíbrio, o excedente de trabalhadores e de empresas não se altera.

**60**

Com o avanço da tecnologia, supermercados usam indicadores digitais de preço nas prateleiras dos respectivos produtos. Esses indicadores estão ligados a um sistema informatizado do supermercado. Com isso, a alteração dos preços por meio dessa tecnologia se torna menos custosa, pois

- (A) reduz os chamados custos de sola de sapato.
- (B) reduz os chamados custos de menu.
- (C) reduz o custo de cotação de preços.
- (D) reduz a necessidade de moeda mantida pelos consumidores.
- (E) mantém a neutralidade da moeda.

**61**

Recentemente, a margem de lucro das empresas tem diminuído, mas os subsídios concedidos pelo governo têm crescido. Mantido tudo o mais constante, o efeito combinado dessas duas variáveis é

(*PIB = Produto Interno Bruto e PNB = Produto Nacional Bruto*)

- (A) de queda do PIB a preços de mercado e a custo de fatores.
- (B) de queda do PIB a custo de fatores e ambíguo sobre o PIB a preços de mercado.
- (C) de queda do PIB a preços de mercado e do PNB a custo de fatores.
- (D) de queda do PIB a preços de mercado e de aumento do PIB a custo de fatores.
- (E) de queda do PIB a preços de mercado e ambíguo sobre o PIB a custo de fatores.

**62**

Relacione as funções, características ou tipos de moeda às suas respectivas descrições ou propriedades:

1. Reserva de Valor
  2. Liquidez
  3. Meio de Troca
  4. Moeda-mercadoria
- ( ) Facilidade para converter em meio de troca.
  - ( ) Utilizado para compra de mercadorias.
  - ( ) Transfere poder de compra do presente para o futuro.
  - ( ) Apresenta valor intrínseco.

Assinale a alternativa que mostra a relação correta, de cima para baixo.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4
- (B) 1 – 3 – 4 – 2
- (C) 3 – 2 – 1 – 4
- (D) 2 – 1 – 4 – 3
- (E) 2 – 3 – 1 – 4

**63**

Com relação à situação de mercado competitivo, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) A empresa, no longo prazo, decide sair do mercado em que atua, se o preço for menor do que seu custo total médio.
- ( ) A empresa calcula seu lucro por meio da expressão  $(P - CT) Q$ , em que P é o preço, CT, o custo total e Q, a quantidade de produto vendida.
- ( ) No longo prazo, os lucros se exauram, e o preço, que é fixado igual ao custo marginal, minimiza o custo total médio.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e V.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

**64**

Assinale a opção que explica corretamente a estática comparativa de aumento da oferta de moeda sobre a economia.

- (A) Há uma elevação do nível de preços, que gera aumento da demanda por moeda, o que pressiona a taxa de juros e reduz a quantidade demandada de bens.
- (B) Há uma pressão sobre a demanda agregada, mas o efeito multiplicador dos gastos do governo amplia o deslocamento da demanda.
- (C) Há uma redução da taxa de juros de equilíbrio no mercado monetário, elevando a demanda por moeda e a quantidade demandada por bens e serviços para um dado nível de preços.
- (D) Não há alteração da taxa de juros, mas o aumento da oferta monetária pressiona a demanda por moeda, elevando o produto.
- (E) Não há alteração na quantidade demandada de moeda, mas a oferta ampliada pressiona os juros e reduz a demanda agregada.

**65**

Uma associação, que até dezembro de 2013 possuía 50 associados, cobrava uma taxa anual de R\$ 600,00. Em janeiro de 2014, além da presença dos associados antigos, que já haviam feito o pagamento no ano anterior, a associação recebeu a ficha de inscrição de mais 23 sócios. Destes, 10 pagaram a anuidade em janeiro, 5 em fevereiro e 8 em março.

O associado passa a usufruir dos benefícios da associação somente a partir do mês seguinte do pagamento da taxa.

De acordo com o Regime de Competência, a receita reconhecida pela associação nos meses de janeiro, fevereiro e março, em relação a esses fatos foi, respectivamente:

- (A) R\$ 500,00; R\$ 750,00; R\$ 1.150,00.
- (B) R\$ 2.500,00; R\$ 3.000,00; R\$ 2.750,00.
- (C) R\$ 2.500,00; R\$ 3.000,00; R\$ 3.250,00.
- (D) R\$ 3.000,00; R\$ 2.750,00; R\$ 2.900,00.
- (E) R\$ 3.000,00; R\$ 3.250,00; R\$ 3.650,00.

**66**

A Cia. K foi acionada na justiça pelo descumprimento de um acordo com um cliente. A empresa efetuou um depósito judicial no valor de R\$ 200.000,00, o que, para ela, é considerado material. Os consultores jurídicos da Cia. K consideram que o risco de perda da causa na justiça é remoto.

De acordo com o Comitê dos Pronunciamentos Contábeis, a Cia. K

- (A) deve evidenciar o fato em notas explicativas, já que o valor é material.
- (B) deve evidenciar o fato em notas explicativas, já que, mesmo remoto, há risco de perda.
- (C) deve constituir provisão para contingências, já que o valor é material.
- (D) deve constituir provisão para contingências, já que foi feito depósito judicial.
- (E) não deve constituir provisão para contingências, já que o risco de perda é remoto.

**67**

O *Princípio da Oportunidade* tem como objetivo a produção de informações íntegras e tempestivas.

A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda da seguinte característica qualitativa:

- (A) relevância.
- (B) representação fidedigna.
- (C) compreensibilidade.
- (D) verificabilidade.
- (E) comparabilidade.

**68**

A Cia. W, em 31/12/2013, apresentou as informações a seguir:

Financiamentos	R\$ 12.000,00
Dividendos a pagar	R\$ 3.000,00
Fornecedores	R\$ 7.000,00
Máquinas	R\$ 100.000,00
Depreciação acumulada	R\$ 30.000,00
Provisão para perda dos estoques	R\$ 3.000,00
Marcas	R\$ 30.000,00
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 10.000,00
Aplicações financeiras	R\$ 20.000,00
Salários a pagar	R\$ 15.000,00
Estoques	R\$ 35.000,00
Clientes	R\$ 40.000,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	R\$ 2.000,00
Passivos contingentes	R\$ 17.000,00
Devoluções sobre vendas	R\$ 23.000,00
Obrigações fiscais	R\$ 23.000,00

Considerando apenas essas informações, o Patrimônio Líquido da Cia. W, em 31/12/2013, era de

- (A) R\$ 123.000,00.
- (B) R\$ 140.000,00.
- (C) R\$ 143.000,00.
- (D) R\$ 146.000,00.
- (E) R\$ 152.000,00.

**69**

Em relação à avaliação e à mensuração de estoques em entidades do setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para mensuração e avaliação das saídas dos estoques, pode-se escolher entre o custo médio ponderado ou o PEPS.
- (B) Os estoques são mensurados ou avaliados com base nos valores de aquisição, de produção ou de construção. Se eles forem superiores ao valor de mercado, este deverá ser utilizado.
- (C) Os resíduos devem ser mensurados, na falta de critério mais adequado, pelo custo histórico.
- (D) Os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos em atividades primárias devem ser mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição, de produção ou de construção quando o custo de produção é de difícil determinação ou custoso.
- (E) Os gastos de distribuição devem ser considerados como ativos e amortizados.

**70**

A Cia. Y apresentou os seguintes saldos, referentes ao ano de 2013.

Venda de ativo imobilizado	R\$ 200.000,00
Vendas de mercadorias	R\$ 400.000,00
Receitas Financeiras	R\$ 70.000,00
Parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial	R\$ 60.000,00
Despesas de propaganda	R\$ 30.000,00
Despesas gerais	R\$ 40.000,00
Despesas financeiras	R\$ 50.000,00
Despesas administrativas	R\$ 15.000,00
Custo das mercadorias vendidas	R\$ 100.000,00
Custo do imobilizado	R\$ 120.000,00
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	R\$ 3.000,00
Juros sobre capital próprio	R\$ 55.000,00

Com base apenas nos saldos acima, o resultado antes das receitas e despesas financeiras da Cia. Y, no ano de 2013, foi

- (A) R\$ 278.000,00.
- (B) R\$ 298.000,00.
- (C) R\$ 303.000,00.
- (D) R\$ 352.000,00.
- (E) R\$ 358.000,00.

**71**

Segundo a NBC 16.1, as entidades abrangidas pelo campo de aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando o seguinte escopo:

- (A) as entidades governamentais, os serviços sociais, os conselhos profissionais e as demais entidades do setor público devem observar, integralmente, as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.
- (B) as entidades governamentais, os serviços sociais, os conselhos profissionais e as demais entidades do setor público devem observar parcialmente as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.
- (C) as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais devem observar, integralmente, as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público, enquanto as demais entidades do setor público devem observá-las parcialmente.
- (D) as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais devem observar, integralmente, as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público, enquanto a observância é facultativa às demais entidades do setor público.
- (E) é facultativa às entidades governamentais, aos serviços sociais, aos conselhos profissionais e às demais entidades do setor público a observância das técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público, de modo que elas podem optar pela observância das normas gerais de contabilidade.

**72**

Nas entidades do setor público, estão sujeitos a depreciação

- (A) os bens móveis de natureza cultural como antiguidades.
- (B) os bens de uso comum, que absorveram recursos públicos, considerados de vida útil indeterminada.
- (C) os animais destinados à exposição.
- (D) os prédios onde funcionam as sedes oficiais de entidades públicas.
- (E) os terrenos rurais.

**73**

A natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria a serem realizados pelos membros da equipe de trabalho são elementos que fazem parte

- (A) do processo de auditoria.
- (B) da estratégia global de auditoria.
- (C) da gestão da auditoria.
- (D) da avaliação preliminar da auditoria.
- (E) do plano da auditoria.

**74**

O requisito ético relacionado à auditoria das demonstrações contábeis que exigem do auditor o reconhecimento de que podem existir circunstâncias que causarão distorções relevantes nas demonstrações contábeis é

- (A) julgamento profissional.
- (B) ceticismo profissional.
- (C) evidência de auditoria apropriada.
- (D) condução da auditoria em conformidade com as normas relevantes.
- (E) confiabilidade na conduta dos trabalhos.

**75**

O teste executado para evitar, detectar e corrigir uma distorção relevante em uma afirmação é conhecido como

- (A) Teste de Controle.
- (B) Teste de Evidência.
- (C) Teste de Materialidade.
- (D) Teste de Observação.
- (E) Teste de Inspeção.

**76**

O auditor, ao julgar se um risco é significativo, deve considerar os aspectos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) A ocorrência de fraude.
- (B) A complexidade das transações.
- (C) O envolvimento em transações significativas com partes relacionadas.
- (D) O grau de subjetividade na mensuração das informações relacionadas ao risco.
- (E) O nível de controle da distorção relevante.

**77**

Os procedimentos de controle que visam à identificação, concomitantemente ou *a posteriori*, de erros, omissões, inadequações e intempetividade da informação contábil são conhecidos como procedimentos de

- (A) detecção.
- (B) prevenção.
- (C) verificação.
- (D) observação.
- (E) inspeção.

**78**

Uma seleção da amostra em que a quantidade de unidades de amostragem na população é dividida pelo tamanho da amostra, para dar um intervalo de amostragem, é conhecida como seleção

- (A) aleatória.
- (B) por unidade monetária.
- (C) sistemática.
- (D) ao acaso.
- (E) de bloco.

**79**

O controle interno relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade é classificado como controle

- (A) contábil.
- (B) normativo.
- (C) operacional.
- (D) financeiro.
- (E) patrimonial.

**80**

Os trabalhos de auditoria interna, que podem ser utilizados pelo auditor independente, estão listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Testes da eficácia operacional dos controles
- (B) Procedimentos substantivos envolvendo menor grau de julgamento
- (C) Observação das contagens do estoque
- (D) Testes objetivos adequados as operações subjetivas
- (E) Rastreamento de transações pelo sistema de informações, aplicável às demonstrações contábeis



Realização

 **FGV PROJETOS**